

Governo Lula: ... E as iniciativas sociais plurais da ação da cidadania contra a fome?

Os famintos jamais fizeram uma Revolução. Eles simplesmente morrem de fome!" (Madre Tereza de Calcutá).

No Brasil, em 1992, a população participa ativamente do Movimento pela Ética na Política (MEP) e do *impeachment* do presidente Fernando Collor, que fora eleito diretamente pelo voto da maioria da população brasileira. Assim, é no contexto da desintegração da União das Repúblicas Socialistas (URSS), da unificação das duas Alemanhas e, principalmente, da formação do Bloco Ético Plural Pró-*Impeachment* do corrupto presidente brasileiro que ocorre a fundação da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, que também fica bastante conhecida como Campanha da Fome ou Campanha do Betinho.

No fundo, o Bloco Ético Plural que participa do *impeachment* do Collor é integrado por líderes e militantes de diversos outros movimentos anteriores. O próprio Herbert de Souza (o irmão do Henfil) era um símbolo do Movimento por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, estabelecido no final da década de 1970. Vale também destacar a forte presença dos bispos Dom Mauro Morelli e Dom Luciano Mendes, que durante toda a década de 1980 lutam por uma Igreja Católica mais progressista e próxima da população excluída das esferas de produção (os desempregados, os indigentes, os sem-teto etc.). Assim, o que unifica os mais diversificados segmentos sociais (Ibase, CNBB, Inesc, OAB, CUT, Banco do Brasil, CEF, Andifes, Embrapa, es-

RESUMO

Este artigo disserta sobre as iniciativas sociais plurais da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, as quais foram empreendidas durante os últimos 10 anos por múltiplos atores sociais brasileiros, objetivando diminuir o estado de fome de 32 milhões de pessoas no Brasil. Ao final, são levantadas algumas idéias que podem ser revisitadas tendo em vista o desejo de que o Plano Fome Zero anunciado pelo governo Lula tenha sucesso de fato.

PALAVRAS-CHAVE: fome, cidadania, governo, ação, política, solidariedade.

tudantes, professores, partidos políticos, donas de casa etc.) que agora atuam sob a égide da Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida é a vontade de fazer algo, por menor que seja, para aliviar a miséria da sociedade brasileira.

A exclusão da população é evidenciada – é colocada às claras! – pela publicação do Mapa da Fome, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). A partir dos levantamentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é produzido um Mapa da Fome, em que a miséria é expressada espacialmente, é admitida publicamente, por órgãos (IBGE e Ipea) ligados intimamente à Secretaria de Planejamento do Poder Executivo Federal.

Desta forma, se existe um inimigo a ser combatido pela Ação da Cidadania, o que vai ser enfrentado é a fome de quase 32 milhões de pessoas indigentes num dos territórios mais ricos do planeta Terra. Nesse sentido, estabelecendo respeito ao pluralismo e à diversidade, a Campanha da Fome nasce com um "conteúdo humanitário e suprapartidário, e sem intenção corporativa ou religiosa". Sendo assim, orientando o planejamento inicial da Ação da Cidadania, Souza(1992, p. 5) faz questão de ressaltar que "na democracia, os direitos e as possibilidades são iguais, mas cada pessoa pode realizar seus direitos e aspirações de forma diferente. A diversidade complementa a igualdade, não se opõe a ela e nem a exclui". Assim, pautadas na diferença e na pluralidade, como princípios orientadores da Ação da Cidadania, destacam-se a parceria, a solidariedade e a descentralização, entendidas como valores de alcance social.

Se a miséria está presente tanto no mundo capitalista como no mundo da economia planificada, tanto no primeiro mundo como no terceiro mundo, a solução para essa problemática que atinge um bilhão de seres humanos é bastante complexa, exigindo, portanto, parceiros e atores coletivos diversos unidos pelo espírito de solidariedade, de amor ao próximo. E, para a Ação da Cidadania, solidariedade nunca foi e nunca será assistencialismo; ela é um gesto ético de quem quer acabar com a miséria e não perpetuá-la (Franco, 1996). Nesse sentido, Souza(1993, p. 1-15) acrescenta a "importância de ligar a filantropia com a mudança, de colocar junto quem quer fazer mudança estrutural com quem quer praticar a solidariedade".

Uma coisa é planejar, outra coisa é fazer de acordo com o que foi pensado. Assim, não obstante o Segundo Passo da Cartilha para Formação de Comitês sugerir, como ideal, o caminhar das ações emergenciais dando origem às ações estruturais, percebe-se que a maioria dos cinco mil (5.000!) comitês disseminados por todo o território brasileiro consegue maior êxito com as ações de arrecadação e distribuição de alimentos.

Esse sucesso inicial da campanha, com ações prioritariamente de arrecadação, não se dá sem duras críticas de setores ligados à denominada esquerda. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) – a ex-convergência socialista – acusa que "a campanha é demagógica por ter sido encampada pelo Governo e pelos empresários, justamente os dois maiores responsáveis pela grave situação social do país". Porém, se há críticas, também se fazem presentes outras posições, como a do presidente do Conselho de Administração da Fundação Abrinq, colocando que "é inegável que esse processo acaba agindo sobre a própria cabeça do empresariado, porque, como elite, estamos encurralados no nosso país, pois fomos concentrando tanto a renda que acabamos cercados de miséria" (Harizin & Pedral, 1993).

Passadas as primeiras críticas e embates, a "etapa da comida para quem tem fome" constitui-se no período de maior visibilidade da campanha. No âmbito das iniciativas dos primeiros quinze meses da Campanha da Fome são empreendidas as mais diversas e criativas ações de arrecadação de alimentos, que variam desde a elaboração de sopões de vegetais ganhos em feiras livres até a doação de tíquetes-alimentação, a construção de padarias comunitárias, bem como a promoção de jogos de futebol, de espetáculos teatrais, de shows musicais beneficentes com ingressos de entrada sendo constituídos prioritariamente por componentes de cestas básicas. Aliás essa idéia está presente em muitos shows, espetáculos e apresentações artísticas em vários lugares do país.

Desta maneira, as idéias "de matar a fome de quem tem fome" e de que "fome se combate com alimentos" foram bem aceitas pela pluralidade de atores da sociedade brasileira, e isso se constitui numa alteração política cultural extremamente importante. Participam da Ação da Cidadania desde setores já acostumados a lidar com a arrecadação de alimentos para pobres, como os religiosos espíritas kardecistas, até grupos exageradamente refratários, como alguns atores sociais ligados a setores de esquerda, os quais – sob inspiração socialista – têm em suas agendas de lutas apostas em mudanças mais estruturais.

Do ponto de vista espacial, são fundados comitês em todas as unidades federativas do país, com forte apoio de sindicalistas, estudantes, funcionários do Banco do Brasil, da CEF e de outras empresas estatais brasileiras, sendo que estes últimos também empreendem esforços contra a privatização das empresas públicas. A heterogeneidade de atores e a presença de outros interesses que não só a erradicação da fome são, assim, marcas da composição dos comitês contra a fome, seja em Boa Vista (RO), Fortaleza (CE), Catalão (GO), Porto Alegre (RS) ou na quase maioria dos 1.160 comitês criados em municípios do semi-árido do Nordeste brasileiro.

Se a pluralidade política é um testemunho de nosso tempo, não se pode esquecer que qualquer agenciamento político plural congrega interesses, gera conflitos e produz ambigüidades. Entretanto, apesar dos diversos interesses e dos múlti-

Solidariedade é um gesto ético de quem quer acabar com a miséria e não perpetuá-la.

plos atores, merece destacar que muitas parcerias, mais do que meras intenções pautadas sobre discursos utópicos, constituem-se em trabalhos concretos de alto alcance social, salvando vidas e permitindo a "polinização" de idéias cidadãs. É o caso, por exemplo, de diversos comitês que com o apoio da Pastoral da Criança da Igreja Católica salva vidas de milhares de crianças do sertão nordestino, as quais, na falta das mínimas condições de higiene individual e de educação sanitária, tornam-se presas fáceis da morte por infecção intestinal. Um outro excelente exemplo de parcerias que dão certo vem do Estado do Rio de Janeiro, onde alguns comitês constituídos por militantes políticos e de causas humanitárias se unem para uma "vigilância cidadã" sobre os gastos da Câmara Municipal e do Poder Executivo Municipal. Qualquer aberração, distorção ou fraude é imediatamente denunciada na Promotoria Pública Es-

tadual e nos meios de comunicação de massa.

O fato de a Ação da Cidadania não ser composta por um grupo centralizado, fechado, monolítico insere-se na ordem do pensamento da esquerda mundial pós-queda do Muro de Berlim, o qual aceita e acredita na força de movimentos pluriclassistas e difusos, capazes de oferecer possibilidades políticas referenciadas pela desconcentração e pelo estímulo das diferenças. Nesse sentido, se o grupo plural que constitui a Campanha do Betinho, por vezes, salienta diferenças que se apresentam gigantescas, em outros momentos, revela-se uma imensa capacidade de multiplicar recursos e encurtar caminhos. Assim, unidos sem apagar as diferenças, os atores sociais envolvidos na Campanha da Fome parecem não comprometer a criatividade, a espontaneidade e o entusiasmo dos trabalhos. Pelo contrário, a Ação da Cidadania começa oficialmente com um comitê plural fundado em Barra do Piraí (RJ) e atinge cinco mil comitês em menos de um ano – uma verdadeira expressão territorial da cidadania em gestação! Portanto, a vontade de fazer algo, por menor que seja, para aliviar a fome de 32 milhões de carentes contamina o Brasil de norte a sul, de leste a oeste.

No ano de 1993, surgem desde comitês simples (uma ou poucas pessoas) até comitês com mais de trinta entidades. Desta forma, é muito interessante o plano de escala do envolvimento da Campanha da Fome, que ora se mistura a vários outros movimentos, assim como, às vezes, parte de pequenas parcelas do povo simples e chega até o envolvimento pessoal do próprio presidente da República, seja Itamar Franco, com a criação do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), ou mesmo Fernando Henrique Cardoso, com o Conselho da Comunidade Solidária. Também interessante é o fato de a Ação da Cidadania conseguir atingir o objetivo planejado de estar na mídia, de dar grande visibilidade pública para a problemática da fome e da miséria como valores concretos não desejáveis a uma sociedade democrática.

Com o passar dos meses, as estratégias políticas de caráter emergencial, que ganharam enorme visibilidade, voltam a

receber críticas de variados segmentos da sociedade, pois são diversificados os setores que desejam ver a Ação da Cidadania dar saltos maiores, e talvez, até menores. No seio dos partidos políticos, por exemplo, o PT reclama que a campanha é uma iniciativa oriunda do seu interior, enquanto, no outro extremo, alguns líderes do PFL reclamam da aproximação do presidente Itamar Franco aos líderes da Ação da Cidadania, que têm histórias anteriores de militâncias em partidos de esquerda.

De fato, parece que, em nível de análise teórica, dois grandes grupos de tendências interiores se manifestam ao longo de toda a Campanha da Fome. Para alguns, apesar de às vezes ser importante a presença de segmentos da sociedade civil organizada que objetivam apenas assistência material a parcelas empobrecidas da população, isso pode significar uma contribuição a mais no cenário do desmonte do Estado e dos direitos sociais de um capitalismo neoliberal cada vez mais forte. Contrapondo-se em parte a essa proposição, um segundo agrupamento acredita que mesmo organizações tradicionalmente direcionadas para a mera assistência material também podem se contaminar e prosseguir com teorias e ações voltadas de fato para os princípios da igualdade e da justiça social. Com relação a esse aspecto, a própria existência de espaços menores de participação – a ordem local, a ordem dos microespaços! – permite a publicização de lutas por direitos no interior das mais diversificadas organizações da sociedade civil, o que acaba por se constituir num constante fermentar da cidadania. Em outras palavras, num laboratório para a construção da verdadeira democracia.

O inesperado, a heterogeneidade de análises e de ações, é algo que se espera como normal quando se fala de um grupo de atores plurais, diferentes. Não poderia ser diferente dentro da Ação da Cidadania. A euforia com resultados atingidos, por exemplo, leva alguns líderes – sobretudo aqueles ligados a um grupo mais intelectualizado que posteriormente funda o Fórum da Ação da Cidadania Contra a Fome – a proposições que dificilmente encontram condições concretas

para a plena realização. Além do mais, a ênfase na necessidade de passar de ações de arrecadação para ações estruturais cria uma diminuição das ações dos comitês em funcionamento. Às vezes, as propostas de trabalho se tornam infundáveis diante de uma realidade de pouco trabalho concreto por parte daqueles que apontam o melhor caminho para solucionar a miséria da formação econômico-social brasileira.

No fundo, há uma tentativa de cooptação da Ação da Cidadania que se soma a um pluralismo ainda maior de planejamento, fato que responde pelo crescimento das contradições e pela diminuição concreta das ações dos comitês. É nesse contexto que ocorre a Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA), em que se dão as discussões para a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e que origina a substituição do Consea, parceiro da Ação da Cidadania, agora preterido pelo Conselho da Comunidade Solidária.

Um dos momentos mais delicados dos relacionamentos e das reflexões dos trabalhos desenvolvidos sob a Ação da Cidadania é aquele que se vive por ocasião da criação da Comunidade Solidária. Betinho, acreditando que "o governo é uma arena de lutas [e que] a sociedade pode conduzir o governo a mudar de rumo", aceita fazer parte do Conselho presidido pela primeira dama, dona Ruth Cardoso. Porém, se isso pode ser verdade, há um ressentimento por parte de muitos quanto ao fato de o novo presidente ter extinguido o Consea sem "ao menos agradecer os bons resultados alcançados conjuntamente com a Ação da Cidadania". Além disso, havia o agravamento das alianças políticas estabelecidas por FHC com setores políticos acostumados a ganhar eleições com campanhas eleitoreiras que se aproveitam da miséria brasileira.

Tendo simultaneamente uma chance e um risco, o político é um espaço do indecível (Ortega, 2000). Sob essa ótica, o desenrolar dos acontecimentos e as poucas ações efetivas de combate à fome pelo Conselho da Comunidade Solidária levam Betinho a rever o seu posicionamento e a pedir demissão levando consigo outros conselheiros que também acreditam po-

"O governo é uma arena de lutas, a sociedade pode conduzir o governo a mudar de rumo".

Betinho

der fazer algo pelos 32 milhões de carentes apontados pelos dados oficiais do Ipea e IBGE.

Uma vez deixado o Conselho da Comunidade Solidária, Betinho e lideranças ligadas ao Ibase incentivam a idéia do balanço social das empresas, um chamado pela participação das empresas nas questões de ordem social. Além disso, cabe destacar que uma idéia pública que não só é estimulada, como consegue de fato se concretizar por vários anos (até o ano de 2001 em várias cidades do Brasil!) é o Natal Sem Fome, que vira um símbolo de luta de seres humanos que acreditam na possibilidade da solidariedade como valor social.

Por ocasião de sua morte, Betinho recebe homenagens dos mais diferentes setores sociais brasileiros. O religioso e escritor Frei Betto fala que "ele foi um militante da utopia". O ator Paulo Betti acha que "São Pedro vai ficar de joelhos na porta do céu para que Betinho possa entrar". Elio Gaspari, da *Folha de S. Paulo*, afirma que "Betinho foi se embora e fica a sensação de que ele passou por aqui ensinando a banalidade do bem".

Em linhas gerais, não há condições de se afirmar o quanto a Campanha da Fome diminuiu a fome de 32 milhões de indigentes. Aliás, esse movimento não é planejado, organizado, para se ter esse balanço numérico, ou mesmo para substituir ações que são obrigações precípuas do Estado. Entretanto, com certeza, muita coisa melhorou no país a partir do ano de 1993. Muita comida é arrecadada e distribuída a partir dos milhares de comitês fundados. Sob a geração de trabalho e de renda foram apoiadas centenas de microempresas e cooperativas. No campo da democratização da terra a reforma agrária é debatida e almejada por militantes da causa, por intelectuais da esquerda, por economistas neoliberais e até

mesmo pela população simples. Nessa direção, em 1997, a reforma agrária chegou a ter o apoio de 80% de toda a população brasileira.

Entretanto, mais do que tudo isso, o maior feito dos dez anos (1993 a 2002) de trabalho da Ação da Cidadania Con-

tra a Fome, a Miséria e Pela Vida foi o de ter revitalizado este tema para a nação brasileira, de ter escancarado a pobreza material e a falta de cidadania do povo brasileiro. Nesse aspecto, a Campanha da Fome questiona a ordem estabelecida, indaga o porquê da existência de tan-

ta miséria e chama a todos – independente de credos religiosos e de posições políticas – para um verdadeiro despertar da indignação: "Quem tem fome, tem pressa!" "A fome não pode esperar!" "A fome mata!" "Miséria e democracia são incompatíveis!".

E O GOVERNO LULA?

Diante do exposto sobre a Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida, cabe, por fim, de maneira simples, prática e objetiva frisarmos algumas poucas idéias que consideramos importante serem continuamente revisitadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por todos os membros do Programa Fome Zero lançado em 30 de janeiro de 2003:

- Combater a fome é algo que, por princípio, unifica os mais diversificados segmentos sociais, desde sindicatos, partidos políticos, empresas privadas, religiões, até entidades classistas, estudantes, donas de casas, institutos de educação popular, empresas públicas etc.
- A instauração da ética e da luta contra a miséria, como deveres da ação política, permite alargar o conceito de política e de mudança. Em outras palavras, a ética possibilita aprofundar a crítica às agências e aos agentes políticos, saindo dos juízos dicotômicos como, por exemplo, de que "toda esquerda é boa, competente, e toda direita é ruim".
- A descentralização e a questão do local (dos lugares) deve se encontrar numa posição central no desenrolar das atividades propostas por um plano nacional tão abrangente e premente como o Fome Zero.
- Um verdadeiro despertar da indignação, um combate eficaz da fome, tem de ser dirigido pelo carisma, empenho e constante trabalho pessoal do presidente eleito, sob pena de fracasso, se ficar como um mero projeto coordenado por autoridades secundárias do governo federal e/ou atores globais, como aconteceu no fracassado Conselho de Comunidade Solidária, do Governo FHC.
- Muitos trabalhos coletivos envolvendo atores plurais, mais do que meras intenções pautadas sobre discursos utópicos, podem se cons-

tituir em trabalhos concretos de alto alcance social, salvando vidas e permitindo a multiplicação de idéias e ações cidadãs.

- Cotidianamente e simbolicamente, jamais o Fome Zero será um programa de sucesso se o governo federal permitir o desperdício e/ou desvio do dinheiro público. Portanto, é preciso, se necessário, punir com firmeza e urgência os atos de corrupção praticados por lideranças microrregionais (deputados estaduais, prefeitos, vereadores etc.), para a efetivação dos programas sociais apoiados pelo Fome Zero.
- Um programa eficaz de combate à fome passa por questões de ordem emergencial (por exemplo, comida para quem não tem o que comer) e por questões de ordem estrutural, sendo as maiores delas a geração de empregos e a democratização das terras (urbanas e rurais). De fato, somente um completo e sério programa de reforma agrária poderá gerar 6 milhões de empregos, com um conseqüente aumento da renda dos trabalhadores e das quantidades dos estoques alimentares a preços mais baratos.
- Rever todos os contratos internacionais firmados nos últimos quarenta anos poderá indicar caminhos seguros para tentar renegociar a dívida externa brasileira em bases mais justas, na tentativa de economizar divisas a serem aplicadas na imediata geração de empregos.
- Jamais se esquecendo de que 45% dos miseráveis brasileiros têm menos de quinze anos de idade, o Fome Zero deverá dar a isso uma atenção especial a fim de garantir uma educação de qualidade a todos os brasileiros.
- O plano de governo Fome Zero não pode se embrenhar numa interminável burocracia e/ou listas de propostas

Qualquer agenciamento político plural congrega interesses, gera conflitos e produz ambigüidades

miraculosas, esquecendo-se de que a "fome tem pressa", "a fome mata no aqui e no agora" em todos os cantos do território brasileiro.

Por fim, todos nós, temos de acreditar e lutar para que a fome diminua nos lares da nação brasileira. Faz-se necessário virar a página da história onde a fome prevaleceu durante cinco séculos... Que o governo Lula acerte e mude o teor de miséria constante, presente neste riquíssimo solo nacional. Que a esperança sobreviva e que o medo das panelas vazias desapareça de verdade.

* Doutor em Geografia e autor da tese "Pluralidade do fazer político na ação da cidadania contra a fome". Professor do Campus da UFG em Catalão-GO.

REFERÊNCIAS

- FRANCO, Augusto de. *Ação local*. Brasília: Ágora, 1996.
- HARAZIN, Dorrit; PEDRAL, Sibelle. A fome adquire rosto e move o Brasil comum. *Veja*, São Paulo, p. 86-93, 29 dez. 1993.
- JACOBI, Pedro. Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida: um registro necessário. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 67, p. 27-33, dez. 1995.
- SOUZA, Herbert de. A luta contra a miséria. *Democracia*, Rio de Janeiro, p. 5, mar. 1996.
- SOUZA, Herbert de. Cinco anos de luta contra a miséria e pela democracia. *Jornal da Cidadania*, Rio de Janeiro, jun. 1997. p. 9.
- SOUZA, Herbert de. Combate à miséria é prioridade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 set. 1993. p. 1-15.